

Antíteses
Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social

Materialidade do afeto: reflexões sobre memorabilia arqueológica e curadoria cotidiana em contextos domésticos

Leilane Patricia de Lima[I]
Camila Lourenço Valim[II]

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma análise sobre a relação entre sujeitos e objetos arqueológicos em contextos domésticos, examinando de que forma vestígios do passado são ressignificados ao serem incorporados à vida cotidiana. A análise resulta de revisão bibliográfica sobre Arqueologia Sensível, biografia cultural das coisas e musealização, associadas a observações de campo, realizadas anteriormente, pela primeira autora, em municípios paranaenses, bem como à análise de reportagens veiculadas na mídia regional, as quais documentam a existência de coleções domésticas. Mobilizamos a categoria analítica de memorabilia arqueológica, compreendendo-a como sendo um regime específico de circulação social dos vestígios materiais, por meio do qual esses objetos tornam-se mediadores de memórias familiares, pertencimentos territoriais e narrativas locais. Ao articular esses três eixos, constituídos por memória, materialidade e deslocamentos; pelo objeto arqueológico como memorabilia; e pela casa como espaço de curadoria cotidiana, evidenciamos, neste artigo, formas não institucionais de produção de sentido e organização do patrimônio arqueológico.

Palavras-chave: Memória; memorabilia arqueológica; afeto; curadoria doméstica; Paraná.

I Doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Docente da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Brasil. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4684-2997. E-mail: lplima@uem.br

II Especialização em História, Cultura e Literatura Afro-Brasileira e Indígena pelo Centro de Ensino Superior de Maringá, CESUMAR, Brasil. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), Brasil. Orcid: https://orcid.org/0009-0005-8062-3711. E-mail: camila.lvalim@gmail.com

DOI: 10.5433/1984-3356.2026v19.55046

Materiality of affection: reflections on archaeological memorabilia and everyday curation in domestic contexts

Abstract: In this article, we present an analysis of the relationship between subjects and archaeological objects in domestic contexts, examining how traces of the past are reinterpreted when incorporated into everyday life. The analysis stems from a literature review on Sensitive Archaeology, the cultural biography of things, and musealization, combined with field observations previously conducted by the first author in municipalities in Paraná, as well as an analysis of reports published in the regional media, which document the existence of domestic collections. We employ the analytical category of archaeological memorabilia, understanding it as a specific regime of social circulation of material remains, through which these objects become mediators of family memories, territorial belongings, and local narratives. By articulating these three axes—comprising memory, materiality, and displacements; the archaeological object as memorabilia; and the home as a space of everyday curation—we highlight, in this article, non-institutional forms of meaning-making and the organization of archaeological heritage.

Keywords: memory; archaeological memorabilia; affection; domestic curation; Paraná

Introdução

Os objetos arqueológicos, tradicionalmente compreendidos como evidências materiais das sociedades humanas, têm sua trajetória social relacionada a circuitos institucionais específicos, associados ao processo de gestão patrimonial. No Brasil, as chamadas Instituições de Guarda e Pesquisa — museus e laboratórios universitários autorizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) — são consideradas o destino mais adequado para esses objetos e coleções. Contudo, é importante reconhecer que há outros museus e espaços expositivos que mantêm acervos arqueológicos, sem, necessariamente, integrarem o rol oficial de Instituições de Guarda. Ainda assim, nesses ambientes institucionais, objetos, acervos e coleções são submetidos a análises interpretativas e a protocolos técnicos rígidos (Tocchetto et al., 2017), aplicados conforme legislação pertinente[1], visando à sua preservação.

No entanto, conforme demonstraram diferentes estudos no campo da Arqueologia Sensível (Hamilakis, 2015; Bezerra, 2017; Lima, 2019; Miranda, Nogueira, Lima, 2023), essa trajetória não esgota as possibilidades de destino e de sentido desses objetos.

Nessa perspectiva de uma Arqueologia Sensível, entendemos que a vida social das coisas (Appadurai, 2008) é também tecida no campo da memória, a qual dá dimensão ao tempo e assegura as memórias, tanto a individual quanto a coletiva[2] (Candau, 2008). Nesse contexto, os museus caracterizam-se como lugares de memórias e de identidades coletivas, sendo locais de produção, circulação e comunicação sobre o passado. Todavia, existem outros espaços e outras formas de relação com o passado material, que escapam — ou mesmo transbordam (Abreu, 2011) — aos limites institucionais desses lugares de memórias nacionais, regionais e locais.

Neste artigo, deslocamos o olhar dos museus e o levamos para os ambientes domésticos, onde vestígios materiais são encontrados, muitas vezes de forma fortuita, sobretudo em contextos rurais, e são incorporados à vida cotidiana. Argumentamos que, ao serem retirados do caminho institucional previsto, esses objetos passam por um "desvio de rota" em sua biografia material, são reinseridos em novas dinâmicas sociais e são ressignificados no cotidiano.

É nesse ponto que as contribuições de Bezerra (2017; 2018) assumem centralidade teórica neste artigo. Em seus estudos, a autora analisou relações entre arqueologia, comunidades locais e coleções domésticas, na Amazônia, e propôs uma leitura sensível para as práticas cotidianas de apropriação, cuidado e convivência com vestígios arqueológicos. Em *Teto e Afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia* (2017), Bezerra demonstrou que a presença de objetos arqueológicos em espaços domésticos cria vínculos afetivos profundos entre pessoas e coisas. Nesses espaços, o patrimônio é vivido e significado no cotidiano, indo além dos marcos institucionais formais.

Sob essa ótica, as coleções domésticas não devem ser reduzidas a práticas ilegítimas ou meramente destrutivas do ponto de vista arqueológico (Bezerra, 2018), mas compreendidas como expressões locais de agência sobre o passado, o que permite a classificação, a organização, e a preservação dos objetos, segundo lógicas próprias, frequentemente associadas à memória familiar, à história do território e às experiências de vida dos colecionadores. Tais práticas evidenciam a coexistência de diferentes regimes de valor, saber e legitimidade, revelam o caráter plural dos processos de patrimonialização, e reforçam a importância dessas experiências para o avanço

da Arqueologia Pública, sobretudo ao evidenciar como o patrimônio é apropriado, negociado e ressignificado fora dos espaços acadêmicos e museológicos.

Dialogando com essa perspectiva relacional e afetiva, pretendemos, neste artigo, avançar na sistematização conceitual dessas relações, ao potencializar o debate sobre a categoria analítica de memorabilia[3] arqueológica. Compreende-se essa categoria como sendo um regime específico de circulação social dos objetos arqueológicos. Nesse regime, ao serem incorporados em contextos domésticos, tais objetos passam a atuar como sendo mediadores materiais de memórias familiares, pertencimentos territoriais e narrativas locais. Este artigo não apenas destaca a importância das relações cotidianas entre pessoas e materialidades do passado, mas também propõe uma chave interpretativa para compreender outras formas de patrimonialização e práticas de curadoria[4] doméstica.

As questões aqui apresentadas organizam-se em três eixos principais: 1) memória, materialidade e deslocamentos; 2) o objeto arqueológico como memorabilia; e, 3) a casa como sendo espaço de curadoria cotidiana e produção de sentidos. No entanto, vale dizer que, no presente artigo, o texto se configura mais como um conjunto de reflexões, amparadas em uma sistematização bibliográfica e em experiências prévias da primeira autora, articulando-se à veiculação recente, em reportagens e mídias locais, de exemplos de coleções domésticas existentes no Paraná. Tais reflexões alicerçam a base teórica da segunda autora para a etapa empírica da pesquisa de mestrado, vinculada à linha de História, Culturas e Narrativas[5].

Memória, materialidade e deslocamentos

A trajetória histórica dos museus indica que essas 'instituições de memória' foram forjadas para servirem de espaços de instrução, nos quais o poder em exercício determinava as fronteiras entre o conhecimento e o esquecimento (Semedo, Lima, 2023). Contudo, a eficácia desse poder simbólico residiu na própria natureza da materialidade, pois humanos e coisas estão intrinsecamente conectados, de modo que os objetos não apenas representam o passado, mas atuam ativamente na criação de memórias e no reforço (lembrar) e enfraquecimento (esquecer) das nossas identidades (Gonçalves, 2007; Candau, 2008; Miller, 2013).

Sob esse viés, os museus de história local configuram-se como terrenos férteis para os processos de expansão das memórias e das identidades coletivas. Todavia, essa expansão não é isenta de conflitos, uma vez que tais processos, longe de serem uniformes ou imutáveis, guardam a complexidade das heterogeneidades regionais (Meneses, 1992).

Tal complexidade foi observada por Lima (2023) ao analisar a representação de memórias indígenas em museus de história local. Em sua análise, a partir de um universo museológico específico (museus na região oeste do estado de São Paulo e na região norte do Paraná), foi possível perceber que memórias sobre os indígenas, embora, frequentemente, sustentadas pela materialidade — ancoradas em objetos e coleções indígenas musealizadas —, podem, paradoxalmente, estar ausentes nesses museus. Podem, ainda, sofrer outras formas de silenciamentos, com coleções ocultas em reservas técnicas, ou objetos praticamente invisíveis nas exposições, ou mesmo objetos estrategicamente deslocados no ambiente expositivo para reforçar um discurso de anterioridade histórica.

Como forma de resposta a esses silenciamentos, acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras não institucionalizadas é uma chance de não só entender o papel dessa tipologia de patrimônio na vida das pessoas, mas também na memória local, e, ainda, de pensar outras formas de deslocamentos das memórias indígenas. Em termos metodológicos, neste artigo, são articulados estudos de caso encontrados no estado do Paraná, tanto por meio de observação direta, em campo, quanto por meio da análise de reportagens locais. A comparação entre situações distintas permitiu identificar padrões recorrentes e, ao mesmo tempo, variações significativas nas funções assumidas pela memorabilia arqueológica.

Dito isso, a pergunta principal é: Quais tipos de compreensão do patrimônio arqueológico emergem quando deslocamos os nossos olhares do museu para espaços não institucionalizados? Ao tentarmos responder a esse questionamento, conforme afirmou Bezerra (2017, p. 64), temos a oportunidade de abrir o nosso sentido para pensarmos sobre a vida social e cotidiana dos vestígios materiais como sendo algo de interesse para uma Arqueologia Sensível, humilde, desalienada e comprometida (Bezerra, 2017; Lima, 2019; Miranda, Nogueira, Lima, 2023).

Essa seria uma arqueologia que transcende a rigidez dos procedimentos técnicos e metodológicos dos ambientes institucionalizados, controlados por políticas, planos e programas. Com isso, não estamos dizendo que a rigidez científica não é importante. Muito ao contrário, ela é fundamental. Na verdade, estamos dizendo que nós temos expectativas biográficas (Kopytoff, 2008) em relação aos objetos arqueológicos. Todavia, na maioria das vezes, as expectativas e trajetórias institucionais podem não observar memórias externas, latentes em comunidades que moram próximo de, ou sobre, sítios arqueológicos e, assim, correm o risco de não medir as forças das histórias locais (Londoño Díaz, 2022), uma vez que esses vestígios, no cotidiano, medeiam relações de cuidado, classificação e pertencimento, produzem

efeitos sociais e simbólicos, e operam em circuitos contemporâneos de valor e significado (González-Ruibal, 2008).

A esse respeito, no campo da Arqueologia, Olsen (2012a) discutiu o chamado "retorno das coisas" e problematizou os modos pelos quais os objetos são frequentemente domesticados pelos discursos acadêmicos. Para o autor, a arqueologia possui um potencial singular para lidar com a materialidade em sua dimensão indisciplinada, reconhecendo a presença incômoda e persistente das coisas. Olsen e outros autores (2012) propuseram uma crítica às abordagens excessivamente representacionais da disciplina e defenderam uma "arqueologia das coisas" que reconheça a materialidade como dimensão fundamental da vida social. Os autores argumentaram que os objetos arqueológicos não devem ser compreendidos apenas como suportes de significados atribuídos pelos sujeitos, mas também como entidades dotadas de presença e persistência, capazes de afetar práticas humanas e produzir continuidades entre passado e presente.

Partindo dessas perspectivas, a relação entre vestígios arqueológicos e populações locais, por exemplo, as da Amazônia, passou a ser compreendida como sendo uma coexistência viva com a materialidade e deixou de ser vista apenas como uma interpretação do passado. Em suas obras, Bezerra (2017; 2018) demonstrou como cacos de cerâmica e "pedras de raio" não são somente itens inertes à espera de um museu, mas podem ser elementos que habitam o cotidiano, causam medo, geram afetos e memórias, os quais, muitas vezes, o discurso acadêmico tenta domesticar. Para Lima (2019), a agência do objeto se manifestou na proposição de uma arqueologia desalienada e humilde, capaz de entender que a força dos objetos reside também na sua capacidade de vibrar no presente, estabelecendo continuidades físicas e emocionais entre os antigos habitantes e as comunidades atuais.

Nessas situações, o passado não se apresenta como algo fixo, encerrado em um tempo distante, mas como uma presença que se infiltra no presente por meio das coisas. A convivência cotidiana com os vestígios desfaz a rigidez da separação entre "antigo" e "atual", revelando uma temporalidade não linear, em que memória e materialidade se entrelaçam. Uma imagem que nos ajuda a elucidar esse processo de deslocamento para ambientes não institucionais está na pintura de 1931, de Salvador Dalí, *A Persistência da Memória*. Há, na imagem, relógios que "derretem", dando a sensação de que a rigidez e o controle do tempo cronológico estão sendo dissolvidos para assumirem nova forma, mais fluida.

Ao tecermos uma analogia entre essa imagem e objetos arqueológicos fora de um laboratório ou de um museu (seus locais "ideais"), percebemos que esses objetos

— que não foram identificados por profissionais de Arqueologia, mas por pessoas de comunidades rurais e interioranas — passam por um "desvio de rota", tal como o processo de "derretimento", porque saem da rigidez da cadeia operatória de gestão institucional do patrimônio arqueológico (aquisição, pesquisa, preservação e comunicação). Nesse movimento, o objeto passa não apenas a influenciar, mas também a agir, de forma invisível e silenciosa (Gonçalves, 2007, p. 10), mas poderosa e ativa, na organização das experiências e das memórias individuais, familiares e locais, e como pano de fundo para comportamentos (Hodder, 2025, p. 24).

Miller (2013, p. 78) contribuiu para essas reflexões ao propor a ideia de "humildade das coisas". O autor chamou a atenção para a forma como os objetos atuam, de maneira discreta e naturalizada, na vida das pessoas, especialmente quando estão integrados à rotina. Nas palavras do autor:

> Trecos têm uma capacidade notável de se desvanecer diante dos nossos olhos, tornam-se naturalizados, aceito como pontos pacíficos, cenário ou moldura de nossos comportamentos [...]. As coisas atuam muito mais comumente em analogia às molduras em torno das pinturas do que como as pinturas elas mesmas. Elas nos guiam até o modo apropriado de se comportar e permanecem incontestes, pois não temos a menor ideia de que somos conduzidos (Miller, 2013, p. 228-229).

Isso nos sugere que, quando objetos arqueológicos circulam em contextos domésticos, deixam de ocupar, como nos museus, a posição comum de pintura — central, destacada, legendada e catalogada, tal como a obra de Salvador Dalí —, e aproximam-se mais da condição de moldura, tornam-se elementos naturalizados, agindo no mundo e compondo outros cenários possíveis. No entanto, essa humildade dos objetos arqueológicos, proveniente da sua naturalização, não diminui a sua potência aurática, como veremos a seguir. Como moldura, os vestígios materiais do passado ajudam a compor narrativas individuais e familiares, sustentar identidades locais e conectar pessoas aos seus territórios.

O objeto arqueológico como memorabilia

Antes de chegarem à condição de patrimônios materiais musealizados, os objetos exerceram outras funções em suas trajetórias biográficas. Essa noção de biografia material é importante porque permite compreender as coisas não como sendo opostas às pessoas, mas sim como participantes de redes de ação social, dotadas de historicidade, agência e trajetórias múltiplas, atravessadas por diferentes contextos de uso, circulação e significado (Hodder, 2025). Ao construir a biografia de um objeto, mobilizam-se questões semelhantes às aplicadas às trajetórias sociais e humanas,

investigando transformações de *status*, valor, uso e significado ao longo do tempo (Kopytoff, 2008).

Ao aplicarmos essas noções aos objetos arqueológicos, percebemos que eles não possuem um único ou natural destino, mas percorrem diferentes ciclos de vida, não lineares e nem excludentes. Alguns ciclos possíveis são:

1- Ferramentas/objetos funcionais, utilitários ou simbólicos: objetos que cumpriram suas funções primárias e, em determinado momento de suas trajetórias, foram descartados/abandonados.

2- Objetos ou ocorrências arqueológicas: identificados em subsuperfície ou superfície em contextos arqueológicos (rurais ou urbanos), no âmbito de pesquisas científicas. Entre o campo e o laboratório, tais objetos são submetidos a métodos, técnicas e curadorias, próprios da prática arqueológica (coleta, acondicionamento, transporte, higienização, triagem, numeração, remontagem, documentação e análise).

3- Objetos museológicos: quando adentram em museus e/ou instituições de guarda, na condição de objetos musealizados, integrados ao acervo institucional. Esses objetos são submetidos a um conjunto de procedimentos museológicos, que envolvem aquisição, pesquisa, documentação, acondicionamento, conservação, comunicação, educação, divulgação científica.

4- Mercadorias: quando submetidos a ações de vandalismo, pilhagem, roubo, leilão e tráfico ilegal de peças arqueológicas, sendo provenientes de escavações irregulares.

5- Memorabilia arqueológica[6]: quando vestígios materiais de populações passadas afloram da terra e são encontrados fortuitamente por pessoas não vinculadas a práticas arqueológicas institucionais. Esses vestígios são selecionados e incorporados a contextos domésticos[7].

Percebe-se que se pode atribuir diferentes valores aos vestígios arqueológicos, sejam eles de natureza utilitária, simbólica, científica, museológica, ou mercantil. Queremos aqui destacar que, tanto na prática arqueológica quanto no ambiente museológico, o estatuto do objeto é diverso daquele do contexto em que foi criado e utilizado, de forma primária, e mesmo abandonado (Lima; Francisco, 2006, p. 59). Esse deslocamento de sentido pode ser compreendido como a atribuição de uma espécie de "aura", que os diferencia de outros objetos (Bezerra, 2017, p. 47).

Entendemos que a constituição aurática desses objetos está intimamente relacionada ao processo de musealização, conforme descrito por Chagas (2009, p. 22).

A musealização é um processo seletivo, intencional, político. Musealizar significa escolher, reunir, preservar e expor objetos que têm qualidades distintivas, tais como autenticidade, exoticidade, documentalidade, testemunhalidade, além de outras, que legitimam a incorporação de certos objetos aos acervos museológicos, em detrimento de outros, revelando a dimensão subjetiva, intencional e social do processo de musealização.

Musealizar não significa apenas levar objetos para dentro do museu. Significa, sim, responsabilizar-se por um conjunto de ações técnico-científicas (processo curatorial) e decisões administrativas (gestão, planejamento) sobre o objeto museológico, que agora é institucional porque tem musealidade[8]. Essa musealidade pode ser atribuída tanto por critérios determinados por um especialista quanto por grupos culturais, por meio da participação nos processos de musealização (Cury, 2020, p. 134).

Quando redirecionamos o olhar, levando-o do museu para o ambiente doméstico, entendemos que memorabilia arqueológica seriam coisas que suscitam memórias e lembranças, tendo sido selecionadas e recolhidas a partir dos valores e das qualidades distintivas a elas atribuídas. Esse processo ocorre tal como no de musealização, mas, nesse caso, uma musealização doméstica, pois essa forma apoia-se menos na autoridade técnico-científica e mais na relação de identificação e posse, entendida como vínculo, conforme discutido por Hodder (2025)[9].

Assim como no contexto de museus, forjados a partir da ideia de posse, o processo pelo qual um objeto é considerado propriedade envolve gestos de identificação, reconhecimento, atenção, toque, manuseio, os quais o retiram do anonimato e o inserem num outro ciclo de vida. Nesse sentido, a memorabilia não é definida apenas por sua antiguidade ou valor científico, mas pelo conjunto de relações — incluindo o afeto — que a constituem como suporte de memória no espaço doméstico. Isso sugere que, ao mesmo tempo em que o objeto arqueológico é "humilde" e atua como moldura, ao se naturalizar no ambiente doméstico, ele preserva a sua dimensão aurática. Essa dimensão é reativada na experiência sensorial.

O testemunho do Cacique Sotero, entre os Kanindé, do Ceará, nos ajuda a exemplificar esse processo. No artigo *Autogestão da memória: a experiência da Museologia Indígena entre os Kanindé no Ceará*, de Suzenalson da Silva Santos (2023, p. 110), Cacique Sotero relembrou a trajetória de formação do Museu Kanindé. Ele narrou que a primeira coisa que encontrou foi uma pedra, guardada a pedido de sua mãe, por se tratar de "coisa véia dos índios". A pedra foi inicialmente incorporada ao ambiente doméstico, por orientação da matriarca, que lhe atribuiu valor histórico, étnico e memorial, antes mesmo da existência de um espaço museal. Guardada em casa e, mais

tarde, mostrada às pessoas, foi associada às narrativas familiares sobre ancestralidade indígena. E, assim, essa pedra passou a operar como memorabilia, articulando memória, identidade e território. Posteriormente, esse objeto foi deslocado para um espaço coletivo de guarda e exposição, vinculando-se à escola indígena e à constituição de um museu indígena.

Esse percurso evidencia que a musealização não se iniciou no museu, mas na relação cotidiana entre pessoas e coisas. A casa, nesse contexto, funcionou como espaço inaugural de patrimonialização, onde o objeto foi singularizado, investido de sentido e integrado à proposta de transmissão intergeracional. A memorabilia arqueológica permite, desse modo, compreender a continuidade entre práticas domésticas de guarda e processos formais de musealização, revelando formas locais de autogestão da memória e de produção social do passado, as quais desafiam abordagens exclusivamente normativas ou institucionais do patrimônio arqueológico.

A casa como espaço de curadoria cotidiana, produção de sentidos e de afeto

Até aqui, do conjunto de reflexões que apresentamos, a partir de uma sistematização bibliográfica, é possível perceber que, ao debatermos sobre a categoria de memorabilia arqueológica, temos a casa como abrigo patrimonial e, por sua vez, como espaço de curadoria cotidiana e de agência. Diferentemente da curadoria científica e museológica, amparada pela legislação, por normas e políticas institucionais, a curadoria doméstica é marcada por decisões ordinárias e práticas informais, que variam entre guardar ou descartar, expor ou esconder, ou mesmo, tocar, usar, limpar, modificar e doar.

Tais práticas não são aleatórias, mas profundamente significativas. O guardador conhece a história dos encontros e das identificações, sabe onde e quando foram achados os objetos, atribui-lhes sentidos, usos e significados que articulam suas histórias de vida, memórias familiares e pertencimento territorial. O objeto arqueológico como memorabilia torna-se uma extensão da identidade individual e familiar, integra-se à tralha doméstica, e, silenciosamente, vai moldando comportamentos.

Na perspectiva da curadoria cotidiana, trazemos, aqui, alguns exemplos selecionados a partir de experiências prévias de uma das autoras do artigo, durante as etapas de campo de uma pesquisa de pós-doutoramento. A metodologia dessa pesquisa consistiu na realização de visitas técnicas a instituições museológicas e aos seus espaços expositivos, entre os anos de 2015 e 2020. Esses espaços foram analisados a partir da aplicação de um *Roteiro de análise de museus e de exposições*, com o qual

foi possível efetuar registros diversificados, muitos dos quais permitiram análises diversas[10].

Além de examinar algumas situações observadas durante a experiência das visitas técnicas, na região norte do estado do Paraná, vamos apresentar mais dois exemplos de colecionadores que tiveram as suas histórias divulgadas por meio de reportagens e mídias locais, e que pensamos ser potentes para debater a categoria de memorabilia arqueológica. Cabe ainda destacar que esse esforço de reflexão sobre a memorabilia arqueológica e os deslocamentos de memória e de sentidos entre o museu e a casa, constitui também uma base teórica para duas novas investigações conduzidas pelas autoras, que preveem etapas empíricas de campo junto a colecionadores domésticos, no Vale do Ivaí e no norte do estado do Paraná.

Começamos, então, com a descrição de uma experiência de visita, durante a qual foi observado que a memorabilia arqueológica foi usada como marco territorial e herança familiar, atuando como dispositivo de legitimação da posse do território e como dispositivo operador de continuidade temporal.

Esse caso foi registrado durante uma visita técnica a um museu doméstico, familiar e privado, na zona rural da cidade de Maringá. Esse local é uma propriedade rural onde funcionou uma fábrica de cerâmica, entre o final da década de 1940 e meados da década de 1960. Depois, plantou-se ali café, milho e soja. Parte da propriedade foi arrendada e outra parte foi musealizada, transformando-se em memorial, no ano de 2009.

Esse espaço cultural pretende salvaguardar e comunicar as memórias da imigração japonesa, no norte do Paraná, as da vida rural e cotidiana, relacionada ao cultivo do café, na região, e as da própria família. Ao longo de anos de trabalho, na propriedade rural foram coletadas 85 peças líticas e 15 fragmentos cerâmicos, que ficaram com a família e, depois, ajudaram a compor o conjunto de acervos expostos (de história, etnografia, artes visuais, ciências naturais, imagem e som), no antigo casarão e em outros edifícios da propriedade.

No casarão, os móveis ainda estavam nos mesmos lugares da época em que a família viveu no local. Armários, mesas, prateleiras, cristaleiras, cômodas eram alguns dos móveis usados como suporte à coleção familiar, além de vitrines, textos, painéis, fotos e legendas, usados como recursos expográficos.

Pensamos que esse caso reflete uma curadoria doméstica — de guarda, cuidado, afeto e, mais tarde, exposição — que transformou o sítio arqueológico e todo o conjunto de peças, ali encontradas, em parte da genealogia da família. Ao longo de anos, o proprietário foi o curador doméstico primário. Ao coletar as peças da terra,

durante o trabalho agrícola, ele as retirou do silêncio e as reuniu com outros acervos e com coleções que estavam sendo formadas. Junto a móveis, utensílios domésticos, instrumentos musicais, objetos pré-elétricos e elétricos, brinquedos infantis, materiais de escritório, vestimentas, documentos, os acervos arqueológicos ajudavam a compor a coleção que contava a história da família. Tudo isso de forma organizada e devidamente separada no espaço.

Nessa situação, os objetos arqueológicos ajudaram a legitimar a posse e a presença da família no local, conectando-a ao território e unindo a história indígena com a história familiar. Vale dizer que, no ano de 2016, todo o acervo arqueológico desse memorial foi inventariado por uma empresa especializada, no âmbito de um processo de licenciamento ambiental.

O segundo caso analisado evidencia uma forma de atuação da memorabilia arqueológica, vinculada à ressignificação do descarte e à mediação comunitária, na qual objetos anteriormente associados a conhecidas práticas locais supersticiosas passaram a integrar um regime coletivo de guarda e valorização patrimonial. Isso foi observado durante uma visita a um espaço museológico, rural, e particular — uma antiga fazenda de café, de propriedade de uma família alemã, fazenda essa que foi transformada em centro de educação ambiental, não formal, no ano de 1995, na cidade de Rolândia.

O espaço é constituído pelas construções, ainda originais, que remetem à época do café: terreirão, tulha, paiol entre outras construções de madeira. Todas elas foram musealizadas, adaptadas e cada uma ganhou uma nova função. Por exemplo, a tulha — nome dado a antigos depósitos de grãos de café — transformou-se em abrigo de acervos indígenas (artefatos líticos, polidos, fragmentos cerâmicos, cestarias, plumárias e adornos) e também em ateliê de artes, e o paiol transformou-se em cinema.

Na região havia dois hábitos preocupantes. As serpentes eram mortas pela vizinhança, quando encontradas nos sítios. Essa vizinhança também coletava objetos arqueológicos em suas propriedades — as chamadas pedras de raio. Esses objetos eram guardados pelas pessoas por um ciclo de 7 anos, e depois eram jogados nos rios. A família alemã, a partir de ações de Educação Ambiental e Patrimonial, mudou esses dois hábitos entre os proprietários de terra. As serpentes passaram a ser encaminhadas à fazenda e, depois, eram soltas na mata. Inclusive, no dia da visita, duas serpentes foram entregues por pessoas da localidade. Em relação aos objetos arqueológicos, no lugar de serem jogados no rio, a família trabalhou com as pessoas da localidade a ideia de entrega do material, para guarda e exposição na fazenda, e isso deu certo.

O exemplo descrito nos mostra um caso de ressignificação do descarte, e a transição entre o descartar e o guardar. Os vizinhos praticavam uma forma de curadoria, amparada numa ideia supersticiosa, na qual os objetos eram guardados por um tempo e, depois, descartados. A intervenção da família alterou esse processo por meio da confiança. Ao convencer os vizinhos a doarem, em vez de jogarem fora, essa família transformou a memorabilia individual/familiar em algo coletivo, o objeto teve mudado o seu sentido, de "mágico/ritualístico" para patrimonial. O afeto, nesse caso, manifestou-se no gesto da vizinhança em entregar os seus achados.

Outros exemplos também importantes foram observados na cidade de Itaguajé. Nesses casos, a memorabilia arqueológica atuou como forma de resistência, a partir de uma curadoria emergencial, frente à ruptura do dispositivo institucional e ao risco de perda, dispersão e destruição. Na ocasião da visita, a Casa de Cultura desse município havia sido desativada. Como foi possível acessar o prédio, foi constatada, em seu interior, quantidade significativa de objetos históricos, mas não de peças arqueológicas.

Ao questionar sobre a existência e o destino dos materiais arqueológicos de um importante sítio da redondeza, Redução Nossa Senhora de Loreto, do século XVII, funcionários municipais indicaram o diretor de uma escola local, um influente cidadão na cidade. Em conversa com ele, foi informado que parte da coleção arqueológica se encontrava nas casas de alguns moradores do município. Na própria escola, na sala da direção, havia uma mão de pilão na gaveta.

Anos depois, outra visita foi realizada no local do sítio arqueológico, dessa vez na propriedade na qual se localiza o sítio, onde ainda mora uma família. Na localidade, o senhor, proprietário da terra — depois de muito conversar — mostrou que guardava fragmentos de cerâmica, de uma área próxima, que estavam sendo levados pela força das águas dos rios.

O cenário descrito em Itaguajé revela a fragilidade do patrimônio quando a curadoria institucional é rompida. Com a desativação da Casa de Cultura, os objetos retornaram ao domínio privado, por necessidade, e foram absorvidos pelos moradores locais, seja no ambiente doméstico ou no ambiente escolar. Essa curadoria emergencial e de salvamento foi um ato de afeto aos objetos, até então musealizados, e uma resposta ao silenciamento institucional, pois, diante do descaso público, os moradores locais, ao guardarem os objetos, impediram seu desaparecimento.

Um último exemplo que convém citar não envolveu um contexto doméstico, mas sim um parque ambiental, na cidade de Londrina. Vamos descrevê-lo aqui para mostrar que a prática utilitária dos objetos foi testemunhada em um ambiente institucio-

nal, com a memorabilia arqueológica atuando como objeto utilitário, reapropriado no cotidiano, e, posteriormente, como artefato reintroduzido no circuito institucional. Na ocasião de uma visita ao parque foi verificado que lâminas de machados polidos, encontradas nas imediações desse local, eram usadas como aparadores de porta do auditório do centro ambiental.

Anos depois, em outra visita, o número de peças havia aumentado e elas não estavam mais na condição de aparadores, mas dentro de uma vitrine, e com legendas, na recepção do parque. Essa mudança de *status* — de objetos utilitários para objetos institucionais — ocorreu por conta da intervenção de uma empresa especializada em Arqueologia, a qual visitou o parque, no âmbito de um processo de licenciamento ambiental. Todavia, em função do acondicionamento inadequado (vitrine não vedada), houve o acúmulo de poluentes e insetos no interior da vitrine. Ocorreu, ainda, a dissociação das informações: os funcionários não sabiam mais a relação entre as legendas e as peças, algo que revelou uma curadoria frágil e instável[11].

Do que vimos até aqui, percebe-se que a memorabilia arqueológica é um ciclo de vida do objeto, pautado em relações que assumem funções distintas, conforme cada situação: herança, posse, mediação, resistência, utilidade. Partimos, agora, para mais dois exemplos de colecionadores, no Paraná, que tiveram as suas histórias divulgadas por meio de reportagens e mídias locais[12]. É importante ressaltar que, nestes casos, a análise não decorreu de observação direta ou contato em campo, mas baseou-se, estritamente, numa leitura interpretativa de reportagens da mídia regional, com atenção às formas pelas quais os colecionadores explicaram a formação e a organização de suas coleções.

Embora a análise não conte com a observação direta em campo, o conteúdo dessas reportagens revela o momento em que a memorabilia não é mais privada, e o conhecimento sobre ela passa a circular socialmente. Nessas duas situações, tornaram-se públicas as práticas de guarda, cuidado e atribuição de valores ao passado. Nesses contextos, a exposição midiática atuou como um dispositivo de reconhecimento social dessas coleções e seus colecionadores.

Ainda na região norte do estado do Paraná, na cidade de Tomazina, um morador local, ao longo de quatro décadas, reuniu um amplo conjunto de pedras, encontradas principalmente no leito e nas margens do rio das Cinzas. A coleção, formada inicialmente a partir de práticas de garimpo artesanal, realizadas por interesse pessoal e curiosidade, inclui pedras de diferentes naturezas, fósseis e, posteriormente, artefatos arqueológicos indígenas, tais como lâminas de machado e mãos de pilão.

Ao longo do tempo, houve uma transformação significativa na relação com esses objetos. Inicialmente, as pedras coletadas eram selecionadas sobretudo pela expectativa de que, no interior delas, pudesse haver algum valor econômico, como ouro ou diamante. Essa expectativa levou, muitas vezes, à quebra deliberada das peças, numa prática comum entre garimpeiros artesanais da região, prática essa que resultou na destruição de materiais cuja relevância ainda não era reconhecida. Com o tempo, porém, essa relação foi sendo revista, à medida que o colecionador passou a perceber a perda estética e informacional envolvida nesse gesto.

Paralelamente, outro critério de escolha foi citado na reportagem: o formato curioso das pedras. Os objetos que evocavam figuras reconhecíveis — como automóveis, insetos, partes do corpo humano ou outras formas sugestivas — passaram a ser guardados não apenas pelo que poderiam conter, mas pelo que aparentavam ser. A curiosidade inicial cedeu lugar a uma prática sistemática de guarda, classificação e organização doméstica, realizada por meio de soluções improvisadas, como frascos reutilizados e prateleiras adaptadas, e depois ampliada com a criação de um espaço expositivo na própria residência.

A organização doméstica da coleção — com a separação entre peças mais resistentes, expostas no jardim, e objetos mais frágeis, acondicionados em recipientes e prateleiras — revela uma curadoria em construção, que combina experimentação e cuidado material. A participação do filho do colecionador, formado em História, introduziu novos procedimentos de registro, classificação e localização dos achados arqueológicos, ampliando a dimensão documental do acervo. A incorporação de artefatos indígenas ao conjunto explicita, por fim, um deslocamento mais amplo: da curiosidade individual para uma preocupação consciente com a preservação da história local, e, também, com a permanência desses objetos no próprio município.

Nesse processo, a memorabilia arqueológica atuou como dispositivo de aprendizagem e sensibilização patrimonial, tanto para o colecionador quanto para visitantes e moradores da região. Essa guarda doméstica é explicitamente desvinculada de interesses comerciais, e orientada não só pela intenção de conservar a memória local, mas também para impedir a dispersão de objetos para outros municípios, evidenciando uma forma de curadoria voltada ao cuidado material e à afirmação da história local.

No município de Turvo, região centro-sul do Paraná, um agricultor é o guardião de dois sítios arqueológicos, localizados em sua propriedade, e, também, dos vestígios materiais a eles associados. Assim como no caso de Maringá, ao longo de décadas de trabalho rural, foram coletados inúmeros objetos arqueológicos. Parte do acervo,

composto por artefatos líticos e cerâmicos, é guardada e exposta no próprio sítio, em um pequeno museu doméstico, e outra parte está em dois museus regionais. Diferentemente de práticas colecionistas, centradas na acumulação ou na valorização individual, a guarda desses objetos está ancorada em uma relação prolongada de convivência da família do colecionador com comunidades indígenas Guarani locais, sendo essa relação marcada pelo respeito, pela proximidade territorial e pelo reconhecimento da continuidade cultural desses povos.

Esse colecionador, um profundo conhecedor da região e dos objetos, aprendeu muitas coisas com os indígenas, porque sempre manteve diálogos com eles. Nesse contexto, a memorabilia arqueológica atuou como mediadora de relações étnicas e territoriais, articulando conhecimento prático, memória material e saberes indígenas. Os objetos não foram dissociados de seus produtores originários, mas mobilizados como suportes para o diálogo intercultural, o intercâmbio de conhecimentos sobre técnicas, materiais, grafismos e usos da natureza, bem como para a construção de redes de colaboração.

As experiências evidenciam que a curadoria doméstica pode assumir um papel ativo na produção de conhecimento e na preservação do patrimônio arqueológico, pode desestabilizar hierarquias entre saber científico e saber local e pode reforçar a ideia de que o conhecimento sobre o passado é também produzido no cotidiano, no território e na prática vivida. Os dois casos apresentados ajudam a aprofundar o debate sobre a memorabilia arqueológica, não como uma categoria fixa, mas como um modo de existência relacional entre as pessoas e os objetos, existência essa que se transforma ao longo da vida.

Em Tomazina, a memorabilia se constituiu a partir da curiosidade e expectativa de valor e, depois, se transformou em um dispositivo de aprendizagem, organização e afirmação da memória local. Em Turvo, por sua vez, desde o início, a memorabilia arqueológica foi mediação intercultural e territorial, ancorada nas relações de convivência entre a família e os indígenas da localidade.

Em ambos os contextos, a guarda doméstica não se apresenta em oposição à produção de conhecimento, mas sim como outra forma de produzi-lo, sustentada por regimes de valor, nos quais afeto, responsabilidade, continuidade e pertencimento ocupam lugar central.

Esses exemplos indicam que a memorabilia arqueológica pode atuar, simultaneamente, como herança, posse, mediação, resistência e aprendizagem. Cada uma dessas possibilidades está vinculada ao *status* do objeto após o "desvio de rota", enquanto a curadoria doméstica é a agência humana, que compreende as escolhas

subjetivas de como organizar e narrar a história daquele achado. Sem a curadoria, sem o cuidado, sem o amparo do valor afetivo, não há memorabilia.

A esse respeito, queremos destacar que olhar para a memorabilia não é incentivar a coleta ilegal, mas sim reconhecer que há situações em que o patrimônio "transborda" as instituições e vive na casa das pessoas. Assim como Bezerra (2018) e Miranda, Nogueira, Lima (2023) não apoiamos quaisquer atos que vandalizem e/ou destruam o patrimônio arqueológico, bem da União, acautelado e protegido pela Lei Federal 3.924/61 (Brasil, 1961). Contudo, os exemplos tratados aqui e em outras publicações (Troufflard, 2012; Batalha, 2019; Bianchezzi, 2022) mostram que, na prática social, os objetos arqueológicos continuam sendo encontrados, guardados e ressignificados fora das instituições.

Toda essa situação nos mostra um descompasso entre a legislação e gestão do patrimônio e as formas cotidianas de relação entre as pessoas e o passado material. Ignorar essas práticas não elimina a sua existência. Refletir sobre essas tensões e descompassos — ao mesmo tempo em que não implica negar a legislação e as políticas de gestão do patrimônio —, ajuda a reconhecer a necessidade de diálogos mais sensíveis e importantes entre as instituições e os colecionadores domésticos.

Considerações finais

As reflexões elaboradas ao longo deste artigo demonstram que os objetos arqueológicos continuam adquirindo novos significados fora do contexto institucional, especialmente no cotidiano doméstico, onde passam a integrar práticas de memória e relações sociais que redefinem a sua função e seu valor. Ao deslocarmos o olhar dos museus para os ambientes domésticos, percebemos que o patrimônio, ao sofrer um "desvio de rota" deixa de ocupar o lugar de destaque central, "a pintura", e passa a atuar como "moldura", organizando, silenciosamente, as experiências, as memórias individuais, familiares e locais.

Essa mudança evidencia que o significado dos vestígios materiais não depende exclusivamente de sua catalogação técnica, mas também das relações que as pessoas estabelecem com eles no presente, atribuindo-lhes novos sentidos e integrando-os às suas trajetórias biográficas. Nesse contexto, a memorabilia arqueológica emerge como ponto interpretativo essencial para definir um regime de circulação, regime esse no qual o objeto é selecionado e preservado, não por seu valor científico, mas pelo afeto e pelos vínculos de posse que o transformam em objeto de memória.

Dessa forma, os estudos de caso aqui apresentados indicaram que a memorabilia não é categoria estática, mas modo relacional de existência do objeto, assumindo funções distintas conforme o contexto: herança e legitimação territorial, mediação comunitária, resistência à ruptura institucional, reapropriação utilitária, aprendizagem patrimonial e mediação intercultural.

Todas essas práticas revelaram que a dimensão aurática do objeto manteve sua capacidade de evocar significados e memórias, mesmo integrados ao cotidiano doméstico. E ainda mais, revelaram a casa como espaço legítimo de cuidado, de curadoria cotidiana, onde decisões de guarda e organização desafiam as hierarquias do saber acadêmico e institucional.

Reconhecer esses processos não implica incentivar práticas de coleta irregular nem relativizar a legislação vigente sobre o patrimônio arqueológico brasileiro. Ao contrário, compreender a memorabilia arqueológica é condição para enfrentar o descompasso entre a normatividade jurídica e as formas vividas de relação com o passado. Ao sistematizar essa categoria, o artigo oferece uma ferramenta analítica para pensar formas não institucionais de patrimonialização e para ampliar o debate da Arqueologia Brasileira sobre circulação, afeto e pertencimento. A curadoria doméstica, longe de substituir a instituição, revela que o patrimônio arqueológico não se encerra nos museus e laboratórios, mas permanece ativo nas experiências ordinárias de guarda, uso e significação, onde continua a produzir efeitos sociais e históricos.

Referências

ABREU, Regina. Transbordamento do nacional: vestígios de memórias coletivas nos museus fluminenses. *In*: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Museus nacionais e os desafios do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2011. p. 75–88.

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas:* as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008.

BATALHA, Jéssica Guimarães. *"Eu gostei desde a primeira que eu ajuntei..."*: a prática da formação de algumas coleções particulares de artefatos arqueológicos no município de Parintins-Amazonas. 2019. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Estudos Superiores de Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, Parintins, 2019.

BIANCHEZZI, Clarice. *Entre cacos e flores*: apropriações, usos e significados dos vestígios arqueológicos pelos moradores do sítio Macurany, Parintins, Amazonas. 2022. 164 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto*: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. Belém: GKNoronha, 2017.

BEZERRA, Marcia. *Com os cacos no bolso*: o colecionamento de artefatos arqueológicos na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Iphan, 2018.

BRASIL. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 jul. 1961.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria IPHAN nº 271, de 1º de agosto de 2025. Dispõe sobre aptidão e cadastro de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, seus deveres e as normas para emissão de Declaração de Endosso Institucional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2025.

CANDAU, Joël. *Memoria e identidad*. Tradução de Eduardo Rinesi. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 2008.

CHAGAS, Mário. *A imaginação museal*: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 17, p. 129–146, 2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy. An archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247–279, 2008.

HAMILAKIS, Yannis. A arqueologia e a lógica do capital: vidas paralelas. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 45–63, 2015.

HODDER, Ian. *Emaranhado: uma arqueologia das relações entre humanos e coisas* / Ian Hodder. Tradução e edição de Marcio Teixeira-Bastos. Prefácio de Pedro Paulo A. Funari. São Paulo: MAE, USP, Tiki Books, Fapesp, 2025.

KOPYTOFF, Igor. "A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo". In: APPADURAI, ARJUN. *A vida social das coisas*. Niterói: EDUFF, 2008.

LIMA, Helena Pinto. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Habitus*, v. 17, n. 1, p. 25–38, 2019.

LIMA, Leilane Patricia de; FRANCISCO, Gilberto da S. Uma experiência de arqueologia pública em Paranã – TO. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 55-66, 2006.

LIMA, Leilane Patricia de. A arqueologia e o patrimônio arqueológico indígena em exposições museais no Centro-Oeste de São Paulo e Norte do Paraná. *In*: CURY, Marília Xavier (org.). *Direitos indígenas no museu*: novos procedimentos para uma nova política: a gestão de acervos em discussão. São Paulo: Secretaria da Cultura; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia, 2016. p. 115–127.

LIMA, Leilane Patricia de. A comunicação em museus e a temática indígena em exposições: questões gerais e desafios atuais. *In*: CURY, Marília Xavier (org.). *Museus etnográficos e indígenas: aprofundando questões, reformulando ações*. São Paulo: Secretaria de Cultura e Economia Criativa; ACAM Portinari; Museu de Arqueologia e Etnologia, 2020. p. 203–220.

LIMA, Leilane Patricia de. A temática indígena em museus: questões sobre a diversidade cultural e os desafios para a colaboração indígena. *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 10, p. 259-278, 2021.

LIMA, Leilane Patricia de. Entre lembranças e esquecimentos reflexões sobre a presença de memórias indígenas em museus de história local. *CADERNOS DO CEOM*, Chapecó, SC, v. 36, p. 241-253, 2023.

LONDOÑO DÍAZ, Wilhelm. La arqueología pública en Colombia: del esoterismo a la decolonialidad. *Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos*, Entre Rios, v. 7, n. 2, p. 1–10, 2022.

MENESES, Ulpiano T. B. de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 34, p. 9-23, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497 Acesso em fevereiro de 2026.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas*: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MIRANDA, Helen Suany Monteiro; NOGUEIRA, Dâmaris Pereira; LIMA, Helena Pinto. *Histórias afloradas*: questionamentos sobre as coleções domésticas de artefatos arqueológicos da Amazônia. Hawò, v. 4, p. 1–40, 2023.

OLSEN, Bjørnar; SHANKS, Michael; WEBMOOR, Timothy; WITMORE, Christopher. *Archaeology:* the discipline of things. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2012.

OLSEN, Bjørnar. The return of things and the savagery of the archaeological object. In: PEREIRA, Godofredo (ed.). *Savage Objects*. London: Whitechapel Gallery, 2012a. p. 71-83.

SANTOS, Suzenalson da Silva – Kanindé. Autogestão da memória: a experiência da museologia indígena entre os Kanindé no Ceará. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 17, p. 101–116, 2023.

SEMEDO, Alice; LIMA, Leilane Patricia de. Between the Power of the Museum and the Power of the Community: Case Studies in Portugal and Brazil. *In*: Rodrigo Christofoletti. (Org.). *Soft Power and Heritage*. 1ed.: Springer, 2023, v. 1, p. 349-380.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin [et al.]. Protocolo de ingresso de acervos arqueológicos em instituições de guarda e pesquisa: uma proposta do LÂMINA/UFPel e do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, RS. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, v. 11, n. 2[19], p. 6–24, 2017.

TROUFFLARD, Joanna. O que nos dizem as coleções da relação entre moradores e vestígios arqueológicos na região de Santarém, Pará? *In*: SCHAAN, Denise Pahl; MARQUES, Fernando Luiz Tavares (org.). *Arqueologia pública na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012. p. 58–75.

Notas

1 A Portaria IPHAN no 271, de 1o de agosto de 2025, dispõe sobre aptidão e cadastro de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, seus deveres e as normas para emissão de Declaração de Endosso Institucional.

2 Partindo de reflexões anteriores sobre a memória individual e coletiva (LIMA, 2023), entendemos que, embora vivida na esfera pessoal, a memória individual é constituída por quadros sociais comuns de referência e, continuamente, é compartilhada, a partir das interações sociais. A memória coletiva, por sua vez, emerge do grupo que se une em torno dela, em um processo contínuo, composto por lembranças selecionadas e partilhadas, sendo esse processo de escolha marcado por disputas, ideologias e poder.

3 Segundo o dicionário Michaelis, memorabilia significa: conjunto de objetos e coisas guardados ou colecionados por estarem relacionados com pessoas, acontecimentos ou épocas importantes, e por trazerem à tona memórias e lembranças. Consultado em 01 de fevereiro de 2026. Na Arqueologia, o conceito de memorabilia e tralha doméstica foi tratado por Bezerra. Em suas palavras, "[...] a coisa-estranhada é assimilada e acomodada na vida cotidiana. Aqui, a noção de "família de objetos", desenvolvida por van Velthem (2007) ao tratar da cultura material ligada ao sistema agrícola no Acre, pode ser estendida para essas coisas-estranhadas que vão sendo inseridas em "famílias de coisas", reunidas a partir de critérios de natureza prática-funcional, afetiva e estética, para formar a tralha doméstica/memorabilia" (Bezerra, 2017, p. 45).

4 Segundo o dicionário Michaelis, curadoria significa: ato ou efeito de curar (no sentido de "cuidar"). Consultado em 01 de fevereiro de 2026.

5 As reflexões aqui apresentadas articulam-se a duas pesquisas vinculadas à Universidade Estadual de Maringá: o projeto de pesquisa institucional vigente da primeira autora, intitulado *Arqueologia Pública e Regimes de Memória: Materialidades, Museus e Patrimônios*, e a pesquisa de mestrado da segunda autora, intitulada *Colecionadores e coleções arqueológicas do Vale do Ivaí-PR: práticas, trajetórias e discursos patrimoniais*.

6 É importante esclarecer que, ao utilizarmos a expressão "memorabilia arqueológica", não estamos pressupondo que, necessariamente, os colecionadores domésticos devam reconhecer esses objetos como sendo vestígios de origem indígena, ou materiais arqueológicos, no sentido técni-

co-científico. Em muitos casos, os objetos são interpretados como se fossem formações naturais, ocorrências singulares da paisagem, ou, mesmo, portadores de sentidos sobrenaturais. O uso do termo "arqueológica" refere-se, portanto, a uma escolha analítica, adotada, neste artigo, para delimitar uma tipologia específica de objetos provenientes do subsolo ou da superfície, distinguindo-os de outras materialidades que compõem a tralha doméstica.

7 No VI Fórum Acervos Arqueológicos (2023), o Grupo de Discussões "Acervos e Coleções Domésticas, não Institucionalizadas e Comunitárias" propôs o termo "coleções plurais" como estratégia para abarcar a heterogeneidade dos termos relativos às coleções: coleção doméstica, coleção parente, coleção não institucionalizada, coleção não musealizada, coleção à margem do Estado, agrupamento de coisas, coleção particular, coleção afetiva, coleção familiar e coleção comunitária (Miranda; Nogueira; Lima, 2023, p. 7). A categoria memorabilia arqueológica, aqui formulada, insere-se nesse campo, mas procurando entender, a partir de exemplos, o regime de relação e valor que converte o vestígio arqueológico em operador de memória.

8 Nas palavras de Cury (2020, p. 132), "[...] musealidade são as qualidades e os valores atribuídos aos objetos museológicos, musealia, como ação humana, a ser estudada pela Museologia, nas dimensões dos sentidos e dos comportamentos culturais, para compreensão do processo de preservação que, para os museus, é designado como musealização".

9 Hodder (2025) exemplificou isso ao tratar sobre a recolha de uma pedra na praia. Em suas palavras, "[...] qual é o processo que leva uma pedra disponível gratuitamente na praia à noção de propriedade? [...]. O processo pode começar quando, parado em uma longa praia, o olhar se fixa em uma pedra específica. Posso ver uma forma que reconheça ou goste, ou se possui cores impressionantes. [...] Assim, começamos o reconhecimento, olhando e prestando atenção [...]. O objeto pedra foi transformado em uma coisa, foi conectado aos seres humanos pelo processo de olhar, perceber, reconhecer e comparar. Foi trazido para perto dos humanos. É o humano que foi adicionado ao seixo para criar uma forma de propriedade. Podemos, então, pegar a pedra e tocá-la, segurá-la, senti-la. Agora, muda para um relacionamento pessoal, ainda mais próximo – uma participação. Dessa forma, cria-se associação, contiguidade. A posse cria a sensação de um relacionamento especial, um "meu". Mais sentidos estão envolvidos do que apenas o olhar. Nós nos tornamos mais conectados à coisa através do reforço, através de diferentes sentidos. As relações sensoriais com o seixo estão situadas em um conjunto mais amplo de experiências na praia – talvez um belo pôr do Sol. Assim, a pedra se torna uma coisa associada a um conjunto mais amplo de eventos que podem ser significativos para nós. Imediatamente, essa associação entre o seixo e nossas experiências na praia permite que o seixo seja usado na construção da memória. E a pedra pode ser nomeada como a pedrinha que peguei naquela caminhada ao longo da praia quando vi aquele inesquecível pôr do Sol. Nomeando e lembrando o seixo e suas associações dessa maneira, um relacionamento especial foi criado com o seixo. Ao ser nomeado e significado, tornou-se propriedade. E porque queremos lembrar o belo passeio pela praia, podemos colocar a pedra no bolso e levá-la para casa e colocá-la em uma caixa. E, de vez em quando, podemos tirá-la e vê-la, mostrá-la e contar histórias e memórias. Tornou-se muito nossa – de uma maneira pessoal. Foi algo que encontramos. E através de associações e memórias, nomeando, mantendo e conservando-a, se tornou mais nossa" (HODDER, 2025, p. 51-52).

10 Sobre o assunto consultar LIMA (2016; 2020; 2021).

11 Com a conscientização sobre as irregularidades, uma ajuda foi solicitada e obtida. A limpeza foi realizada, foi resolvido o problema com a vedação da vitrine, as legendas foram colocadas novamente nos lugares adequados, e foram repassadas, aos funcionários, instruções sobre higienização e manutenção da vitrine com peças arqueológicas.

12 Reportagens acessadas nos links: https://globoplay.globo.com/v/14282312/?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-player-desktop e https://www.instagram.com/reel/DN4EGqrDkpP/?igsh=aWloaHlnc3R2ZWY4. Acesso em janeiro de 2026.

Submissão: 14/04/2026 | Aceite: 14/09/2026